



**ACÓRDÃO Nº1035/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12226/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Maternidade Balbina Mestrinho
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Rafaela Faria Gomes da Silva (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2776/2023-MP/EMFA, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator Substituto:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Maternidade Balbina Mestrinho. Exercício de 2021.

*Irregularidade. Multa. Ciência. Arquivamento.*

**11- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Luiz Henrique Pereira Mendes, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**11.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Maternidade Balbina Mestrinho, de responsabilidade da **Sra. Rafaela Faria Gomes da Silva**, exercício 2021, em razão do achado 02 (ausência dos Balanços Orçamentários e Patrimoniais e do DHP), apontado pela Comissão de Inspeção e não sanado, além dos pagamentos por meio indenizatório, relacionados às fls. 230/234, com fundamento no art. 22, III, alínea “b” da Lei nº 2423/96;

**11.2. Aplicar multa** à **Sra. Rafaela Faria Gomes da Silva**, com fulcro no art. 54, VI, da Lei nº 2423/96, por grave infração à norma legal (art. 62 da Lei nº 8.666/93), em virtude dos pagamentos realizados por meio indenizatório, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos); e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob



**ACÓRDÃO Nº1035/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**11.3. Aplicar multa à Sra. Rafaela Faria Gomes da Silva**, com fulcro no art. 54, II, “b” da Lei nº 2423/96, pelo não envio dos Balanços Orçamentários e Patrimoniais e do DHP conforme exposto no achado 02, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos); e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**11.4. Dar ciência à Sra. Rafaela Faria Gomes da Silva**, sobre o teor da



**ACÓRDÃO Nº1035/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

decisão, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;

**11.5. Arquivar** o processo, após cumpridas as determinações acima.

**12- Ata:** 17ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**13- Data da Sessão:** 29 de Maio de 2023

**14- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14.1. Auditor presente e Relator, em substituição:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**15- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator, em substituição

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral